



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 4/2022-----

-----2ª Sessão extraordinária de 2022 – Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 30 de maio de 2022 -----

-----Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, em cumprimento da convocatória, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, realizada no Auditório do Museu Municipal, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café** e **Sheila Gassin Tomé**, respetivamente Primeiro e Segunda Secretária da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Jorge Melo	CHEGA
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Pedro Jorge Marques Moreira	Partido Socialista
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Daniela Marlene da Conceição Duarte	PAN
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Bloco Esquerda
Luis Custódio	CHEGA
Carlos Alberto Osório	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
José Luís Barbudo	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Maria da Luz Santana Nunes – Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Ivo Miguel Inácio Carvalho– Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes – Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista

-----Não estiveram presentes, os seguintes deputados municipais: -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Carlos Eduardo Gouveia Martins	PPD/PSD
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Natalino António Gomes Alves	PPD/PSD
Cristina Maria de Sousa Velha	PPD/PSD
Américo da Conceição Leonor Mateus	PPD/PSD
Vitor Manuel Campos Couto	PPD/PSD

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrário*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Joaquim Paulino P. Duarte	30 dias	09/05/2022 09/06/2022	Cristiano Malha Gregório
PS	Cristiano Malha Gregório	1	30/05/2022	José Luís Barbudo
Chega	Paulo Canha	1	30/05/2022	Jorge Melo

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:

NOMES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Isilda Maria Prazeres Vargues Gomes	Presidente – Partido Socialista
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Filipe Mesquita Vital	Vereador – Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Teresa Filipa Mendes	Vereadora – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Luis Manuel de Carvalho Carito	Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata

-----Quando eram vinte e uma horas, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a 2ª Sessão Extraordinária de 2022, cumprimentando todos os presentes e dizendo que gostaria de dar uma justificação inicial relativamente à questão da marcação desta sessão Extraordinária. Teve uma semana complicada, antes desta semana e, portanto, estive aqui no fim-de-semana na festa, no aniversário do museu municipal, tinha visitado no âmbito de uma ação parlamentar e na segunda-feira senti-me mal, julguei que era uma mera constipação, do frio e não era, era uma coisa mais do que a constipação e, portanto, tive Covid. Entretanto, o meu pai, infelizmente também contraiu, e tive uma semana complicada e houve também um pedido formalizado pela Câmara Municipal para esta Assembleia Extraordinária, mas depois ainda houve uma hipótese ou não, de, sabendo nós que iríamos entrar em junho, e que poderia até ser acomodada na primeira Assembleia Ordinária de junho e, portanto, decidimos, acabámos por depois decidir em conjunto que seria importante fazer já esta e a Ordinária, ficaria mais a meio da semana, e daí o facto de eu não ter pedido logo para fazer a reunião da conferência de líderes. Depois tive uma outra questão que foi, eu atualizei o software para o 365 no meu computador, e não recebi nesse dia, por falta da palavra-passe da Assembleia Municipal, na terça-feira, não recebi o e-mail da Assembleia Municipal, portanto tenho no Outlook os três e-mails e, portanto, esse não o recebi, porque não tinha a palavra passe comigo e, portanto, não me apercebi. Quando me apercebi, e num contacto que fiz para os serviços de apoio à Assembleia Municipal, percebi que havia um e-mail da parte do Dr. Carlos Martins do PSD, indignado e aborrecido pela forma como tinha recebido na segunda-feira a convocatória. Entrei de imediato em contacto, e expliquei-lhe a situação que acabei de explicar agora, que tinha surgido realmente essa questão que eu tinha estado adoentada e também tinha havido o pedido da Câmara, da extraordinária, mas no contacto que tive com o senhor chefe de gabinete, que está ali que é testemunha, houve essa ponderação se seria ou não de acomodar este assunto para a Ordinária, e expliquei isso ao Dr. Carlos Martins, que acolheu a explicação e, portanto, foi isso que eu disse. E, há uma tomada de posição, que eu gostaria, não vou fazer qualquer juízo de valor, são perfeitamente legítimos de tomarem essa posição, mas eu justifiquei e queria também esclarecer. Normalmente quando nós temos um pedido de convocatória urgente para uma Assembleia Extraordinária, nós temos cinco dias no máximo, cinco dias úteis e eu penso que recebi a dezassete ou a dezoito, o pedido de convocatória, até sexta-feira, quinta, sexta-feira, pôs-se a hipótese se faríamos já no início de junho e, portanto, preparámos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



os assuntos, eu pedi que fossem analisados outros assuntos que estivessem pendentes, estavam estes que aqui estão, os restantes eu disse, então vamos fazer a convocatória já e depois se a Câmara tomar a posição de que realmente a Extraordinária é para avançar, eu convoco na segunda-feira, que é o dia que nós temos. E pronto, e a história é esta, é uma história muito simples, não tem nada de especial e entrei em contacto com o Dr. Carlos Café, pedi à Vanda obviamente a marcação da conferência de líderes, e pedi ao Dr. Carlos Café que me substituísse na quinta-feira para se organizarem os tempos, porque a convocatória em si e o prazo, eu não tinha grande prazo, eu tinha que cumprir o prazo da convocatória e tinha que fazer a convocatória também dentro daquilo que são as minhas limitações do ponto de vista pessoal, ou sexta-feira, ou segunda-feira, que é hoje e, portanto, o que eu vos queria dizer era o seguinte: tenho o máximo de respeito pela Assembleia Municipal, a conferência de líderes como sabem é um conselho consultivo que eu ouvirei sempre, e sempre antecipadamente, sempre que possa, quando suscitar uma questão dessas, a única coisa que vos peço também, é o princípio do contraditório, que me oiçam, ou que me tentem ouvir, eu na altura não consegui responder-vos a isso, porque realmente não estava bem, eu não estava bem e, portanto, como tive que acudir a outras situações, não consegui, em tempo, responder e contactar os líderes de bancada, e daí peço desculpa e apresento a minha justificação por esse facto. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança). **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que antes de mais queria expressar em nome da bancada, os desejos para que esteja completamente reestabelecida do problema que teve, bem como os familiares que ficaram também afetados. -----

----- Depois, sobre aquilo que estive aqui a dizer, agradecer as explicações e também queria dizer que, percebendo aqui os condicionalismos que referiu e que levaram a que a convocatória tivesse sido enviada antes da reunião da conferência de representantes, e reconhecendo que são imponderáveis, que muito dificilmente poderiam fazer aqui adotar um procedimento diferente, ou seja, o procedimento normal que é a convocatória seguir após a reunião, queria aqui só expressar além daquilo que foi dito aqui pela minha colega de bancada na conferência de representantes de quinta-feira, dia vinte e seis, que tirando circunstâncias como estas excecionais, formular o desejo para que o procedimento normal volte a ser adotado como regra, ou seja, que a conferência de representantes seja ouvida sobre os assuntos a incluir na ordem de trabalhos e sobre as datas das reuniões, e assim seja também cumprido o regimento, porque disse e bem que a conferência de representantes é um órgão consultivo, mas de entre as competências consultivas do órgão, está lá, ser ouvida sobre a marcação das sessões e sobre a formulação da ordem de trabalhos e, portanto, reconhecendo que houve aqui uma situação anormal e excecional que felizmente parece estar sanada, espero que de ora em diante, não havendo esse tipo de circunstâncias se retome o procedimento normal. Disse. -----

----- Uma vez que não havia cidadãos inscritos no ponto 1) - período designado para a intervenção dos cidadãos, informou que iriam entrar no Período da Ordem do Dia, a Presidente da Assembleia Municipal



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Isabel Andrez Guerreiro declarou abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra relativamente ao **Ponto 2-a) Discussão e votação da Alteração Orçamental Permutativa nº16, para o ano de 2023 – Empreitada de Requalificação do Largo e Zona envolvente da Igreja Matriz – Projeto 2018/I/39, nos termos da Proposta - Deliberação de Câmara nº 379/22.** -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente a esta alteração permutativa, tinha aqui algumas questões para colocar ao executivo. Primeiro, parece-me a mim que os valores são diferentes, aquilo que estava previsto inicialmente seria um milhão duzentos e cinquenta mais vinte mil euros, portanto repartidos em dois anos. -----

----- Depois, o que temos aqui já na proposta, já é um valor diferente, um milhão duzentos e quarenta e oito setecentos e oitenta e dois mil e setenta e cinco cêntimos. Portanto, gostava de saber o que é que motiva a diferença de valores. -----

----- Relativamente à participação comunitária, consegui perceber aqui qual era o valor que está aqui num dos anexos, e depois tinha aqui mais algumas questões. -----

----- Daquilo que vem aqui presente na documentação percebe-se que este concurso está na fase, na sua reta final, já há um empreiteiro, já há uma minuta final, pergunto ao executivo se já há data prevista para o início da obra, partindo do princípio que o concurso público corre os seus trâmites normais, e depois, portanto esta obra prevê aqui um prazo de execução de trezentos dias, portanto que é quase um ano civil. Face ao sítio sensível onde a mesma vai ser executada, que é em frente ao largo da igreja matriz, que é um sítio de grande tráfego automóvel e também pedonal, queria saber o que é que o executivo tem pensado para minorar o impacto da obra durante este quase um ano civil que a mesma vai decorrer, e para já disse.

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que esta obra já foi adjudicada. Esta era a primeira questão, e depois a segunda questão, é que é público a situação financeira desta empresa. Então a pergunta é, como é que a Câmara tem assegurado que esta irá cumprir o plano de trabalho de obra e o seu cronograma financeiro? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PAN **Daniela Marlene da Conceição Duarte**, que começou por cumprimentar todos os presentes. A nossa questão também se prende com a estabilidade da empresa, uma vez que vimos que há um artigo, uma notícia de 21 de setembro, onde a mesma deixou uma obra inacabada em Olhão, e pergunto se é isso que queremos ver aqui também na nossa cidade, e outra questão é, uma vez que há alteração aqui no projeto, como é que fica a ecovia? -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, todos sabem que esta empresa está num PER, que existe um processo, que houve uma homologação desse PER em 7 de abril de 2022 e daí a nossa questão. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Varges Gomes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que a senhora deputada Marta Caetano, falou sobretudo na questão dos trezentos dias e dos incómodos que vai causar aquela obra. Obviamente que tem que causar. Agora, tentaremos o mais possível fazer por troços, de forma a que não tenhamos a obra toda feita em simultâneo, que não pode ser. Agora para haver obra, tem que haver incómodo, isso nós já sabemos. Se não houver obra, obviamente não há incómodos. Agora, fazer uma obra de trezentos dias, obviamente que tem que haver. -----

----- Quanto ao que é exetável em termos de adjudicação, ou da obra se iniciar, não é da adjudicação, o que está previsto, é assim que venha o visto do tribunal de contas, mas nunca em agosto, obviamente, não é? Portanto, faríamos mais para o fim do verão e aliás isso está acautelado. -----

----- Relativamente à estabilidade da empresa, aquilo que eu posso dizer, é que nós não temos nenhuma justificação neste momento para não adjudicar, antes pelo contrário, se nós não adjudicássemos, a própria empresa podia colocar um processo à Câmara, a dizer que estava a ser prejudicada e que estávamos a inviabilizar a empresa, porque estava a contar com esta obra e nós não adjudicávamos a obra. Portanto, neste momento não há nenhuma norma legal que nos permita não adjudicar a obra a esta empresa que ganhou, obviamente e não temos, neste momento, meios para o poder fazer. Nós também sabemos que está num PER, aliás, eu própria reuni com os empresários que me garantiram que sim, que iam avançar, que iam fazer. Agora, se eles obviamente não cumprirem, pois terão as multas contratuais, é para isso que elas existem, têm as multas contratuais, e se, não sei se têm dado conta, provavelmente não, a Assembleia Municipal não se tem apercebido, porque não vem cá, mas os vereadores têm visto as multas contratuais que temos aplicado, por exemplo, no âmbito dos jardins. Portanto, não cumprem pagam, e é assim que nós continuaremos a fazer e os contratos terão essas cláusulas que os obrigarão a cumprir. Caso não cumpram, obviamente que sofrerão as consequências do incumprimento do contrato. Portanto, isto é o normal e é aquilo que temos que fazer. -----

----- Ecovia. Eu sinceramente não sei se esta obra tem ecovia. Ah! Naturalmente que isto vem aqui, como devem calcular, porque se atrasou o concurso e, portanto, a verba já não vai ser toda gasta em 2022, portanto tem que passar para 2023 e, portanto, o Tribunal de Contas pediu que fizéssemos aqui um acerto, portanto uma alteração permutativa, exatamente para que uma verba fique para 2022 e a restante para 2023. Portanto, isto é um pedido normal do tribunal de contas. Daí nós termos pedido também urgência à senhora Presidente, e eu agradeço imenso o facto de ter marcado esta reunião, porque quanto mais depressa dermos a resposta ao Tribunal de Contas, mais depressa poderemos ter o visto do Tribunal de Contas para podermos avançar com a obra. -----

----- Da forma como está, aquele espaço não pode continuar. A obra é uma obra grande, é uma obra que não inclui só o largo da igreja, inclui também aquelas ruas adjacentes e, portanto, esperamos naturalmente que toda aquela área fique devidamente requalificada. Portanto, não é só aquela frente da igreja, não. Há por exemplo uma área que nos têm solicitado, o senhor padre queria muito que nós fizéssemos uma



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



intervenção por exemplo na escadaria, mas a Direção Regional da Cultura não aceita, portanto não se pode fazer essa intervenção, porque aquelas escadas é para preservar e, portanto, era isso que eu tinha para vos dizer, penso que falei em todos os assuntos que foram colocados, se houver mais qualquer dúvida façam favor, estaremos disponíveis. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que queria agradecer os esclarecimentos que foram aqui prestados, deixar aqui duas preocupações muito brevemente e aqui uma ou duas questões também sobre a intervenção que vai ser ali feita e algumas consequências que possa haver dessa intervenção, nomeadamente a nível de estacionamento automóvel. -----

----- Os desejos que quero formular, ou as preocupações, são fundamentalmente duas. É de saber se esta deliberação e vai aqui ser hoje tomada, que vai reescalonar o financiamento da obra para 2023, será suficiente, porque eu não faço ideia quanto tempo é que poderá demorar o visto prévio do Tribunal de Contas, e se demorar alguns meses, poderá muito bem acontecer que a obra derrape para 2024, ou seja, se a adjudicação for feita já muito no final deste ano, poderemos ter aqui uma situação em que eventualmente no ano 2023 não se consiga terminar a obra e possam eventualmente ainda haver pagamentos em 2024. Esse é o primeiro receio. -----

----- O segundo receio tem que ver com as questões anteriormente aqui postas sobre a situação da empresa adjudicatária. A senhora Presidente disse e bem, que a Câmara não pode enfim, abortar aqui a adjudicação sob pena de responder por esse facto, possivelmente, mas a situação que aludiu aqui das multas contratuais, são para empresas que têm só fiabilidade e têm capacidade para pagá-las. Uma empresa que está num PER e que, esperemos que não, mas que eventualmente poderá entrar numa situação de insolvência, sabemos todos que nunca pagará quaisquer multas contratuais. Portanto, o desejo aqui é formulado de uma forma muito simples, é desejar que corra tudo bem no interesse do município e dos munícipes e desta obra, porque é uma obra necessária, sem dúvida, e que não haja aqui qualquer situação, porque se houver e oxalá que não aconteça, enfim, não vai haver multas contratuais para o município, seguramente. Podemos ter ali um problema grave em termos de execução da obra, mas enfim, todos desejamos acho eu, aí haverá unanimidade, que não aconteça. -----

----- Depois a situação que também referiu aí, disse que, e já sabíamos que a intervenção não será só no largo frontal à igreja matriz, será nas ruas adjacentes, como sabemos há ali ruas que têm e o próprio largo também, têm estacionamento automóvel e deduzo eu que o projeto prevê que aquele estacionamento seja retirado dali, ou pelo menos limitado no número de lugares que há ali, o que eu enfim, não vejo com... não rejeito essa solução. A questão que se põe é sempre a mesma, é que alternativas é que vão haver para as pessoas que vão àquela zona da cidade, para as pessoas que residem naquela zona, para as pessoas que trabalham naquela zona, porque ainda no outro dia eu tinha essa discussão na EMARP a propósito do regulamento que entrou em discussão pública aqui há uns dias sobre o estacionamento, a zona histórica, o casco velho da cidade e é uma zona com um problema diria estrutural de estacionamento automóvel, que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



decorre do tipo de imóveis que ali existem e muitas vezes não têm garagens coletivas, e esse problema só não se sente de uma forma ainda mais acentuada, porque infelizmente o número de pessoas que ali residem com carro próprio ainda é abaixo daquilo que poderia ser nesta altura, porque se fosse mais elevado, o problema seria muito mais agravado também. Portanto, que alternativas é que vão haver de estacionamento ali para aquelas pessoas que residem, que trabalham, que visitam aquela zona? Vão ter todas que recorrer ao parque da Alameda, ou vão haver ali alternativas de estacionamento automóvel? --

----- Depois, queria que confirmasse ou não, se nas ruas adjacentes que vão ser intervencionadas, se está a rua Machado Santos, porque a nível de piso por exemplo, enfim, basta lá passar a pé para ver o estado em que aquela rua, portanto os paralelos daquela rua estão, aquilo é uma coisa quase medieval. Deixava essas questões aqui. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que principiou por cumprimentar todos os presentes. Esta matéria, quanto a nós, parece-nos absolutamente pacífica, na medida em que a alteração orçamental permutativa que no fundo traduz uma necessidade de reprogramação financeira, enfim, parece absolutamente clara, parece precisa, parece concisa e as questões que obviamente aqui surgem, elas surgem muito mais no domínio da incursão da engenharia e obviamente que aquilo que nós aqui fazemos, é no fundo avaliar ou não politicamente esta matéria em pauta. Naturalmente como a senhora Presidente já referiu, haverá incomodidades com a obra, mas o pior que nos podia acontecer é que não existissem incomodidades, e aí teríamos alguém a dizer que de facto o executivo da Câmara é inoperativo. Portanto, faz todo o sentido também a colocação das apreensões relativamente aos aspetos de ordem concursal, mas aqui importa observar que se a empresa tem legitimidade concursal, não faz sentido colocarmos aqui antecipadamente a questão do incumprimento da empresa, estamos num Estado de direito e temos que respeitar as leis e obviamente essas são as possibilidades e os limites da obra, que é justamente enveredar pelos aspetos que respeitam, caso haja incumprimento, nos aspetos que respeitam de facto a ação que deverá ser dirigida no domínio. Portanto, da nossa parte esta proposta parece-nos absolutamente pacífica e louvável, sobretudo porque tem consigo uma operatividade que é desejável para aquele espaço, uma operatividade obviamente que a obra irá ditar e nós iremos ajuizar brevemente realmente da necessidade do imperativo da mesma. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o Bloco de Esquerda também tem as mesmas questões que já foram elencadas, uma delas era sobre a empresa, que não lhes parece bem, e é a tal situação, mesmo que apanhem as multas, como já foi dito aqui, não vão pagar, porque não têm dinheiro para as pagar, e depois outra situação, onde é que vai ser intervencionado lá junto à igreja? Como já foi dito aqui também, é uma zona que circula ali muito trânsito e mesmo em termos de pessoas andar a pé, o que vai trazer grandes, graves problemas. Se a obra parar e se houver conflitos com a empresa, se a empresa abandonar até vir novo concorrente, vamos ter graves problemas e em vez dos trezentos dias, vai ser mais se calhar seiscentos dias, e também acho que conforme li os documentos, foi a única a concorrer,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



penso eu, e então o Bloco de Esquerda tem aqui algumas situações, temos estas questões que nos preocupam. Para já, fico por aqui. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que gostaria de dizer que está extremamente satisfeito que a rua Machado dos Santos vai ser requalificada, como também gostaria de perguntar, a requalificação vai ser só feita no pavimento, vão ser retirados os paralelepípedos e vai ser asfaltado, penso que seja isso. Como também gostaria de saber se os edifícios devolutos se vão ter alguma requalificação...

----- Interveio o deputado municipal **Luis Custódio**, da bancada Chega, para questionar se vão haver alguns apoios aos proprietários, no sentido de poderem fazer a recuperação desses mesmos edifícios e por consequência embelezar aquela parte que está extremamente degradada da cidade e que é histórica e que como todas as cidades da Europa, têm sempre uma parte que é sempre importante para as cidades e a nossa cidade de Portimão, a parte histórica tem sido sempre muito deixada ao acaso, portanto com edifícios devolutos, com pessoas, ou seja, está completamente descurada e sem qualquer tipo de sentido. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, caros deputados municipais, eu naturalmente que vou responder àquilo que me parece que devo responder eu e depois passarei ao meu colega que está mais dentro do assunto do que eu, mas há aqui algumas questões que entendo que devo ser eu. -----

----- Eu concordo inteiramente com o senhor deputado municipal João Caetano, partilho das mesmas preocupações, pela primeira vez acho eu, não é a primeira. Naturalmente que poderemos vir a ter outra alteração permutativa no próximo ano, podemos vir a ter, ninguém nos garante que neste momento as coisas vão correr tudo direitinho, nem ninguém nos garante sequer que a própria empresa comece a obra, pode até nem sequer a querer começar, não é, que era o melhor, que era para nos permitir lançar outra vez o concurso, não é? Claro que já íamos pagar muito mais, porque não sei... eu acho que isto também é importante que saibam, nós estamos a ficar com os concursos desertos, há um que já vamos no terceiro, é a terceira vez que lançamos o concurso e, portanto, isto é muito complicado, é aumentamos duzentos mil euros, depois mais duzentos mil euros e não temos concorrentes. Quer dizer, isto é dramático e, portanto, o que seria bom, era que esta empresa pegasse na obra, começasse e acabasse. Eu tive oportunidade de dizer aos gerentes desta empresa, dizer assim, «olhe, quem vai ser a fiscal daquela obra sou eu, porque como eu vou à missa, como eu frequento muito aquele espaço, eu vou ser a primeira fiscal daquela obra».

----- Depois, obviamente que todos nós queremos que corra bem, todos nós queremos que corra bem, tanto a oposição, como, e o executivo é o primeiro a querer, porque senão somos nós que somos pendurados, não é, não é a vocês que vos acusam, é a nós logicamente e, portanto, nós faremos tudo, essa é a garantia que vos posso deixar, é que tudo faremos para que as coisas corram bem, mas não há garantias obviamente, não vos posso dar essas garantias, porque neste momento não há. -----

----- Depois, o senhor deputado municipal Pedro Mota disse que não lhe parece bem que adjudiquemos a obra à empresa, mas somos obrigados a fazê-lo, não houve mais candidaturas, não houve mais



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



concorrentes. Portanto, temos mesmo que adjudicar àquela empresa. Pronto, é da vida, e depois relacionado com o estacionamento limitado e com a intervenção se é pavimento e os edifícios devolutos. Sobre os edifícios devolutos, deixem-me dizer-lhes uma coisa. Eu trouxe aqui não sei se há dois, se há três anos, um técnico do IHRU e uma técnica não sei se do IAPMEI, já não estou bem a ver quem foi, para dizer às pessoas, fizemos uma sessão aberta, para informar os meios que há, os apoios que há para fazerem intervenções nestas casas e há grandes apoios, a questão é esta, as pessoas é que não os sabem aproveitar, e nós inclusivamente disponibilizámos a nossa unidade de fundos comunitários, nós temos técnicas a trabalhar nessa área e disponibilizámos as nossas técnicas para dar as informações que fossem necessárias. Portanto, há dinheiro para ajudar a reconstruir aquelas casas. O problema que está ali, é que aquelas casas, muitas delas são de heranças e, portanto, nem vendem nem arranjam. Se me perguntar se a Câmara está disponível para pagar a tinta para pintarem as casas, nós já falámos nisso várias vezes. Arranjar um fundo para quem não tiver dinheiro para pintar as paredes, para nós fornecermos o dinheiro e a tinta para se pintar as fachadas, exatamente e, portanto, aí dava logo um outro ar completamente diferente. Nós já várias vezes discutimos isto e temos disponibilidade para isso, para criar uma linha obviamente de apoio a quem não puder pagar, a quem não quiser reconstruir a casa só para pintar as fachadas, de modo que as fachadas fiquem diferentes. Portanto, há da nossa parte toda essa disponibilidade, felizmente temos meios e, portanto, podemos fazê-lo. Senhora Presidente, dá-me licença que passe ao senhor vereador? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **João Gambôa**, que começou por cumprimentar todos os presentes e explicar que não trouxe o projeto consigo, mas o que tem noção do projeto da envolvente, é que todas aquelas ruas vão ser levantadas, até porque vão ser colocadas infraestruturas de base, de telecomunicações, de águas e esgotos, portanto aquilo tem uma participação no âmbito das infraestruturas da EMARP e da Portugal Telecom, da Altice e, portanto, vai tudo ter pavimentos novos e conforme zonas, vai haver zonas que são pedonais, zonas que são mistas e outras que são automóvel e, portanto, depois os pavimentos são todos novos essencialmente e, portanto, vamos ficar com arruamentos completamente novos, acessíveis, todos ao mesmo nível, portanto deixa de haver problemas de mobilidade e foi esse o objetivo inicial do projeto. Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que continua com algumas dúvidas que acha que, apesar da explicação que o executivo deu, ainda não ficou claro. -----

----- A diferença de valor que há, é assim, há uma alteração permutativa, mas a mim é assim na soma e no teor da informação que vem aqui na documentação anexa, de facto há uma diferença de valor. Sim, é assim aqui na informação vê-se que somando um milhão duzentos e cinquenta com os vinte mil euros, a mim dá-me um milhão duzentos e setenta mil e depois somando o que está no ponto quatro, os quatrocentos e sessenta e cinco mil setecentos e setenta e três quarenta e três mais os setecentos e oitenta e três, já me dá um milhão duzentos e quarenta e oito ponto sete oito dois setenta e cinco, que aliás esse valor é confirmado depois aqui mais à frente no expediente que vem no departamento de ambiente, pronto.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Portanto, continuo com essa dúvida, penso que relativamente ao estacionamento e às opções de estacionamento para essa área, não ficou claro o que é que o executivo tem em mente e relativamente à intervenção que foi feita aqui pela bancada do PAN, penso que a dúvida que se colocava relativamente à alteração ao plano plurianual, portanto está aqui previsto um valor para a construção da ecovia do concelho de Portimão e há aqui uma alteração no escalonamento também dessa obra, ou seja, a ecovia obviamente não vai passar neste local, mas está prevista uma ecovia, havia também aqui um escalonamento plurianual do valor orçamentado para essa obra e, penso que a dúvida, é se apesar disso a ecovia é para avançar e quando é que vai avançar, e para já disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que a senhora deputada Marta Caetano tem razão, um milhão e duzentos e cinquenta mil era o valor do concurso, o outro valor foi o valor pelo qual foi assinado o contrato, pronto. Portanto, a diferença está aí. -----

----- Já agora, o estacionamento é assim, nós temos andado à procura no centro da cidade, no centro, de algum espaço que possa servir para se fazer um silo alto, um estacionamento, pronto. Agora, o problema é encontrar, porque o mais próximo que encontramos é aquele da Caixa Geral de Depósitos, aquele que está ao pé das sardinhas, da Infante D. Henrique. Eu tenho alguma dúvida, que de facto esse estacionamento é um bocadinho longe, não é? Os meus colegas defendem, eu tenho muitas dúvidas... há aqui uma diferença de pensamento, nós também no executivo não pensamos todos da mesma forma, isto é, naturalmente cada um também tem a sua forma de pensar. Enquanto, eu tenho colegas do executivo que defendem que a gente devia avançar para a compra daquele parque de estacionamento, porque quando querem, quando os cidadãos quiserem requalificar as casas antigas, não têm estacionamento e não há estacionamento e, por exemplo, a contrapartida podia ser a aquisição de um lugar, ou de dois do estacionamento nesse parque. O meu problema devo dizer-vos que é exatamente esse, é a distância, é certo que ali para a Infante D. Henrique era uma maravilha e para as adjacentes que vêm ali, agora para o centro da cidade, tenho alguma dificuldade em ver as pessoas da rua Machado Santos, bom, também agora também não estacionam lá, não é, mas daquelas ruas ali mais centrais de irem pôr lá em baixo. Portanto, nós andamos aqui olhem numa discussão, ainda não chegámos a conclusão nenhuma, quando chegarmos obviamente nós traremos aqui para vocês também naturalmente, para discutirmos todos, porque acho que é uma questão que vale a pena discutir e que vale a pena pelo menos pensar, e é por isso que eu aceitei pensar. Agora, obviamente que pelos valores que eles neste momento estão a pedir, não, de todo. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que quanto à ecovia, o valor foi retirado dessa rubrica, porque este ano não vão conseguir chegar a acordo com o ICNF. Estamos com negociações, o ICNF acha que na zona de Alvor não podemos passar com a ecovia naquele sítio e quer empurrá-la mais para a 125. Achamos que na 125 não vale a pena estar a mandar pessoas para ali e, portanto, é por isso que estamos a tirar desta rubrica, mas quando tivermos a ecovia toda pronta e aprovada



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



pelo ICNF, vamos reforçá-la de certeza, mas para este ano já vai ser difícil conseguirmos fazer esta obra. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que o Bloco de Esquerda há-de trazer uma recomendação sobre esse tal parque para a próxima Assembleia, acontece o seguinte. Eu por acaso, foi na reunião que tivemos lá na EMARP falámos sobre a discussão, acho que esse parque até se justifica para aquelas pessoas que vivem ali e podíamos usar as bicicletas elétricas e as trotinetes, se estivessem ali perto, para se deslocarem, como acontece em Lisboa e em vários sítios, é uma opção, quem quer, e eu acho que o preço que foi falado e o preço mesmo do equipamento, acho que até o preço não é assim tão grande que não se possa ficar com aquele equipamento para Portimão. Não sei se trago a recomendação ou não, mas pronto, ficamos por aí. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, dizendo que da resposta que a senhora Presidente de Câmara deu em relação à questão do estacionamento, deduzo que em relação ao impacto que a obra terá, a execução do projeto terá naquela zona, que neste momento não há alternativa para os lugares... -----

----- Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para referir o parque cá em baixo. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que isso já existe, senhora Presidente, e foi o que eu perguntei e a senhora não respondeu. -----

----- Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que está vazio. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que a senhora Presidente falou na aquisição do edifício junto às sardinhas, como disse eu partilho dessa visão também, aliás isso foi falado no outro dia na EMARP, é um edifício que dista bastante daquela zona ali do casco velho e eu não estou a ver pessoas com alguns problemas de locomoção, ou com algumas dificuldades de locomoção a deixarem ali o carro ao pé das sardinhas e virem ali para a rua José Buísel, para a rua de Santa Isabel, etc. parece-me, se calhar nem de trotinete, enfim, só se vierem com Uber, talvez apanhem o Uber junto às sardinhas, vêm ali para a casa depois, passo a publicidade. Portanto, parece-me que não será alternativa e volto a dizer que ainda não há a pressão do ponto de vista residencial ali naquela zona que poderia haver, nomeadamente com o número de carros particulares. -----

----- Depois, falou-se aí da questão dos imóveis devolutos ali naquela zona, particularmente na rua Machado Santos, mas não é a única e sem querer estar aqui a ensinar nada a ninguém, deixava-lhe aqui uma lembrança que é, há mecanismos do ponto de vista fiscal que podem incentivar as pessoas a requalificar os imóveis, não são só os Iva's. Não têm é proposto e aplicado esses mecanismos, pois é, isso



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



é que era se calhar mais interessante, porque isso é que vai incentivar, não é forçar, é incentivar as pessoas a terem vantagem do ponto de vista fiscal depois em reabilitar os imóveis, quer na empreitada, quer depois nos impostos que pagam anualmente e depois também em relação à questão da informação dos munícipes, porque quem vai a concelhos vizinhos onde se veem operações de reabilitação urbana em número muito superior àquilo que acontece em Portimão, nas zonas do casco antigo, Silves, Lagos, Lagoa, Loulé, Albufeira, há informação das autarquias, há uma campanha de informação, eu diria quase que massiva sobre os munícipes, para que as pessoas sejam incentivadas a enveredar por aí. Aqui nem incentivos nem informação. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que eu acabei de dizer que fiz uma sessão que foi amplamente divulgada, amplamente divulgada e as pessoas que lá estavam eram em número muito reduzido, infelizmente. No entanto, foi feita uma campanha de informação maciça, para que as pessoas pudessem lá estar. Peço desculpa, quem tem interesse, também tem que procurar. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, senhora Presidente, quanto ao parque da Caixa Geral de Depósitos, se calhar era uma questão a pensar mesmo, porque poderia não resolver ali o estacionamento, mas poderia resolver o estacionamento noutras artérias da cidade e, portanto, era uma questão de se estudar. -----

----- Em relação a este ponto em si, claro que a CDU não é contra esta obra, o problema é quem vai executá-la, e já na altura que concorre, é só consultarem o processo e verem os credores e muitos deles por causa de contratos incumpridos e que esta empresa já não respirava saúde. Todos nós sabemos infelizmente às vezes como é que esses concursos e essas garantias são dadas, não quero para aqui criar suspeições. Agora, por causa dessa questão, nós não conseguiremos acompanhar esta proposta, precisamente porque acreditamos e se calhar mal, que esta empresa não vai conseguir cumprir e que se calhar vai sair bem mais caro a todos nós esta obra interrompida, como já foi feito noutros concelhos pela mesma empresa, não só em Olhão, mas é verem a nível nacional quantas obras esta empresa já abandonou e isso sairá sempre muito mais agravado. Por isso, daí o nosso voto que não poderemos acompanhar, só por isso, não tem nada a ver com a obra em si que nós achamos completamente necessária. Muito obrigado.

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, senhora deputada Lurdes Melo, se não me engano a senhora é jurista. Então e como jurista, acha que nós temos possibilidade de não adjudicar a obra à empresa? É isso que eu lhe pergunto. Se a empresa fosse ter consigo e lhe dissesse, «olhe eu concorri, candidatei-me e ganhei a obra e agora a Câmara diz que não me adjudica a obra, porque tem desconfianças sobre mim». O que é que a senhora lhe dizia? Dizia-lhe «não senhora, não vou pôr nenhum processo à Câmara, eles têm razão em não lhe ter adjudicado», ou então punha a ação à Câmara para indemnizar a empresa? É uma questão de lei, é uma questão legal e não acompanhar, porque quer que nós não cumpramos a lei, é um bocadinho torto



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



para uma jurista! Peço desculpa, mas acho um bocadinho difícil de aceitar vindo de uma jurista, peço imensa desculpa. Pronto, é só isto que eu tenho para dizer. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para explicar que queria só situar que o tema é uma autorização num âmbito do Tribunal de Contas. Não estamos a discutir o caderno de encargos, tudo o resto não é sexo dos anjos, mas é melhoria da lei que está em vigor, porque nós sabemos, quem já foi do executivo, a dificuldade de estar deste lado relativamente a este tipo de concursos, e a dificuldade de estar desse lado também de compreender os termos em que os concursos se fazem. Todos têm razão, todos temos razão, porque o que nós queremos e o que nos une, é a cidade de Portimão e é a execução da obra, todos queremos o adro da igreja e aquela zona intervencionada. -----

----- Agora, infelizmente, ou porque por razões das matérias-primas atuais, da mão-de-obra, essa discussão foi feita agora no orçamento geral do estado, eu só queria dizer isso, e essa é uma discussão, por exemplo, para a execução do PRR, o PRR dificilmente será cumprido se estas questões da execução das obras públicas se mantiverem e, portanto, isto é uma questão de interesse nacional e todos temos razão. A senhora Presidente tem razão, os senhores deputados têm razão, é muito difícil executar a obra neste país neste momento, com as normas que temos dos concursos públicos, com as exigências e as garantias que são dadas a quem concorre e o facto de haver poucos concorrentes e poucas empresas a concorrer, e também temos que ver na perspetiva das empresas. Uma empresa que concorre e que fixa o preço hoje e depois tem normas do Tribunal de Contas a exigir uma obra que ainda não está adjudicada, já estão a pedir uma reprogramação permutativa e, portanto, todas estas questões do ponto de vista legal, fazem com que os prazos continuem a derrapar e, portanto, nada ajuda para uma execução rápida. Eu, se for empreiteiro e hoje adjudico uma obra por mil e amanhã tenho o aço com o dobro do preço e tenho não sei quê, a minha margem de negócio também desapareceu e, portanto, porque é que hei-de concorrer a uma obra pública e, portanto, temos aqui um teatro de obra muito complicado, de um lado quem quer executar e quem quer cumprir um mandato, e do outro lado quem está na cidade e no caso na Assembleia, quem fiscaliza, e quem fiscaliza quer que a obra seja executada. Todos temos razão. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, só para terminar e queria responder ali ao senhor deputado João Caetano, que aqueles prédios todos ficam dentro da ARU, e a ARU já prevê benefícios fiscais, portanto, e, foi feita uma ampla campanha junto das pessoas, para informar sobre os benefícios fiscais da ARU. Portanto, só não sabe quem não quer. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 2-a) Discussão e votação da Alteração Orçamental Permutativa nº16, para o ano de 2023 – Empreitada de Requalificação do Largo e Zona envolvente da Igreja Matriz – Projeto 2018/I/39, nos termos da Proposta - Deliberação de Câmara nº 379/22**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPEND ENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	3	2	2	0	0	0	22
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	1	0	0	1

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----Foi aprovado, por maioria, a alteração Orçamental Permutativa nº16, para o ano de 2023 – Empreitada de Requalificação do Largo e Zona envolvente da Igreja Matriz – Projeto 2018/I/39, nos termos da Proposta. -----

-----Não estiveram presentes os membros da bancada do PPD/PSD e a deputada independente Ângela Quadros. -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o ponto 2-b) **Apreciação e votação das Minutas dos Protocolos de Cooperação, no âmbito do projeto "Praia Acessível", que regulam a concretização do projeto, designadamente a garantia das condições de acesso e usufruto balnear a pessoas portadoras de deficiência ou necessidades especiais, residentes ou turistas, nas praias do Vau e Alvor (Restinga), a celebrar entre o Município e as Juntas de Freguesia de Portimão e de Alvor, nos termos da Proposta – Deliberação de Câmara nº 377/22**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que queria fazer aqui duas questões, se lhe sabem dizer quantas pessoas é que usam este serviço, e outra situação que vê ali, é o horário, ou seja, começa às dez e acaba às dezoito, quer dizer só nas maiores horas de calor é que as pessoas vão fazer praia, e então acha que o horário devia ser às oito horas e se calhar até às dezanove. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, antes de mais saudar o executivo aqui pela celebração destes protocolos, que anualmente vêm aqui à Assembleia Municipal, felicitar pela continuação do projeto também as Juntas de Freguesia e saudar, porque este ano isto vem aqui à discussão em maio e não em julho, como veio no ano passado. -----

----- Eu tenho aqui algumas dúvidas, quer dizer quase que posso fazer *copy paste* da intervenção do ano passado relativamente aos montantes, vem aqui um montante de consumíveis de mil duzentos e cinquenta euros que pode ser pouco, pode ser muito, não sabemos, também não sabemos o que são os consumíveis e de ano para ano, parece que a questão não é esclarecida não sei porquê. Depois outra dúvida, que é, portanto na cláusula II dos protocolos, vem aqui previsto que este funcionamento, o funcionamento do protocolo é para vigorar nos meses de julho a setembro, que nas minhas contas dão três meses, julho, agosto e setembro inclusive, mas depois vem aqui previsto a remuneração de três monitores e encargos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sociais, salários e encargos sociais de três funcionários durante quatro meses. Portanto, gostaria que esclarecessem a que é que se deve o mês extra, não é o décimo terceiro, é o quarto mês que acho que está a mais nos dois protocolos e por agora disse. -----

---- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Assembleia Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto às perguntas do Bloco de Esquerda, das dez às dezoito, este horário é o horário mais utilizado. No entanto, eu sei que os presidentes de Junta quando lhes é pedido, também muitas vezes alargam o horário e estou-me a lembrar, por exemplo, de alguns lares que vão à praia, ou vão mais cedo, ou até algumas pessoas que vão mais tarde e os senhores presidentes de Junta depois são flexíveis para este assunto, até mesmo por isso, é verdade... e temos vários lares não só de Portimão, como fora do nosso concelho que utilizam as nossas praias nas praias acessíveis e, portanto, posso-lhe garantir isto e também perguntou o número de utentes. As Juntas mandam sempre os relatórios anuais, podemos depois facultar esses dados e os dados do ano passado, porque para isso os dados são enviados para a Câmara Municipal, mesmo para fazer face, para dizer mesmo os serviços que são executados e, portanto, quem lá está, os monitores todos, controlam quantas pessoas é que utilizam aqueles equipamentos e mandam para a Câmara Municipal. -----

---- Quanto aos consumíveis, pois não lhe sei dizer se é muito se é pouco, mas também o ano passado falou na tenda e no Tiralô, e este ano já não está aí. Recorda-se? Tínhamos mais três mil euros para equipamentos. É verdade, é verdade, eu ainda me lembro que não queria que as Juntas recebessem mais três mil euros para cada Junta por causa da tenda e do Tiralô e, portanto, como aquilo não são equipamentos que se gastam num ano, este ano já não estamos a dar. Estamos a dar novamente para a desinfeção que vai ter que continuar a ser feita, e um mês também vou-lhe já explicar, senhora deputada, eu sei que a senhora deputada gosta muito de contas certas nós também, e por isso o mês temos que dar sempre, porque as Juntas não podem entrar lá no dia certo que aquilo começa a trabalhar, nem fechar, têm que ser montados os equipamentos, as terras têm que ser removidas... ou senhora deputada, se me vai dizer agora se não era um mês, se era um dia, se eram dois... agora, se estivesse no outro lado também, sabe que faz sempre falta e mesmo para fechar, isto que está aqui em setembro e lembro muitos dos que estão aqui, que ainda o ano passado nem todos puderam fechar logo no final de setembro, porque como o tempo está bom, vamos pedindo mais uns dias, e as Juntas de Freguesia depois não trouxeram aqui e vamos continuar a servir. As Juntas de Freguesia continuam a servir os seus fregueses e não só, porque há muitas pessoas que vêm de fora e utilizam estes equipamentos, como já disse e, portanto, é por isso que este mês está aqui. É desde a montagem e alguma flexibilidade, porque se for necessário vamos ter, porque se o tempo estiver bom, eu garanto-vos e depois convido-vos todos também a verem, se aquilo consegue ser desmontado no final do mês de setembro. Tenho dito, senhora Presidente. -----

---- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para perguntar se o senhor Vice-Presidente tem alguma previsão meteorológica para o final de setembro e se sabe que o tempo vai estar bom em final



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de setembro, para estender aqui a época balnear da praia acessível. Esperemos que sim, era bom sinal, era sinal que também mais pessoas tinham a possibilidade de aceder aqui a este serviço. Mas é um bocado estranha a explicação que acabámos de ouvir, quer dizer, prevê-se um mês a mais de retribuição para montagem e desmontagem, eu estou a visualizar o equipamento que estava montado na praia de Alvor poente o ano passado, aquilo é uma coisa que se monta em dois dias e desmonta-se em dois dias, enfim, vá três dias para montar e desmontar. -----

---- Interveio o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para perguntar três dias quantas pessoas? -----

---- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, admitindo que as suas previsões meteorológicas estão corretas, esperemos que sim, estamos aqui a contemplar mais um mês de salário, não sei exatamente para quê, porque não sei se o tempo vai estar bom até ao fim de outubro, se até ao dia dez de outubro, se até meio de outubro, se até ao verão de São Martinho, até pode nem chegar, porque se no verão de São Martinho estiver bom tempo para a praia e houver visitas dos utentes desta infraestrutura aqui, se calhar pode nem chegar mais um mês, se calhar é preciso mais outro mês, o quinto mês eventualmente, e depois como falou aí também, isto era aqui mais um desejo que eu deixava particularmente em relação à praia do Vau, que é a praia que tem esta utilização que eu vou dizer a seguir. O Pedro Mota esqueceu-se de dizer aqui uma coisa. Ele falou dos horários, tinha razão, é que a praia do Vau todos os anos tem o banho dos 29 e, portanto, desejar aqui também que estendam também essa possibilidade e não estou a ser irónico, estou a falar a sério, porque vem muita gente ao banho dos 29 na praia do Vau todos os anos, que eventualmente poderá ter necessidade desta infraestrutura para se entender, tomar banho. Como há essa flexibilidade horária que disse, eu acho que era capaz de ser interessante também nesse dia eventualmente contemplar este serviço. -----

---- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que realmente quando dizem aqui que aquilo leva um dia a montar, para já leva mais do que um dia a montar. Um dia ou dois, eu sei que o senhor deputado trabalha muito rápido, mas depois também gostava de lhe dizer que não se monta aquilo sozinho! Ninguém monta aquela estrutura sozinha. Portanto, eu até se calhar convidava, devem abrir algum concurso para pôr pessoas durante três meses, se calhar, a ver se o senhor deputado arranja alguém que seja tão célere a montar aquele equipamento e acho que vai dar uma boa ajuda, um bom contributo. Tenho dito, senhora Presidente. ----

---- Pediu o uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvor **Ivo Miguel Inácio de Carvalho**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e confessou que está um pouco surpreendido com a intervenção do senhor deputado João Caetano relativamente a esta questão, porque na realidade estão a falar de dez dias úteis em junho e dez dias úteis em outubro eventualmente, porque é aquilo que assegura a montagem e a preparação daquele espaço. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



---- Relativamente ao relatório, o senhor Vice-Presidente já informou, portanto a Junta de Freguesia faz precisamente um relatório anual que envia posteriormente à Câmara e também o faz nesse período, mas também é importante realçar o seguinte, já foi dito, mas, esta questão dos horários e esta questão deste serviço que se presta, é de enorme importância para quem realmente necessita e a flexibilidade que existe por parte das Juntas de Freguesia nessa resposta, vai muito para além daquilo que é o concelho, porque era importante referir e de louvar esta ajuda da Câmara, porque a própria associação Salvador já este ano nos requisitou a tenda, e muitas das vezes fora de horário e fora de período, e à semelhança do ano passado, nós não vamos dizer que não nem vamos contabilizar se o apoio da Câmara vai àquele dia ou àquela hora, ou se o funcionário está mais um dia ou menos uma hora. Quer dizer, acho que é daqueles serviços e não é garantidamente pelo valor que deverá deixar tanto rastilho. -----

---- Relativamente à questão dos diversos, a deputada Marta Caetano, mais uma vez refere os consumíveis. Portanto, esses consumíveis, são os consumíveis, e se me permite e só voltando atrás um bocadinho. Também há, pelo menos nós temos tido esse cuidado, a aposta na qualificação das pessoas que lá estão, ou seja, também há aqui um período de adaptação ao espaço e de formação, porque são questões que são cada vez são mais sensíveis e de certa forma também tem sido mais exigente esta resposta, porque as pessoas pela facilidade de estacionamento e de proximidade, procuram muito aquela resposta. -----

---- A questão dos consumíveis, os consumíveis vão desde luvas, desde gel, desde as informações que em dias de vento vai tudo ao ar, portanto há todo um conjunto de consumíveis que são gastos naquela resposta e, convido a visitarem e já agora também passo a dar a informação. A Junta faz questão pelo segundo ano consecutivo de montar mais uma tenda de resposta ao FICA, porque também oferece a praia acessível na praia de Alvor. Portanto, mais uma vez, vamos montar mais uma tenda, portanto temos uma tenda que é uma tenda do funcionário, é a tenda da pessoa, do frequentador para vestir e despir e a do Tiraló, para entrar no equipamento, e vamos montar a quarta tenda, para dar resposta a uma associação e um projeto do nosso concelho. Portanto, merece todo esse respeito e essa admiração. Era só, senhora Presidente. --

---- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que gostaria de pedir o seguinte: evitaríamos toda esta discussão última, se o Município apresentasse relatórios de presenças, de gastos dos anos anteriores, e assim até se evitaria a discussão de mais luvas menos luvas, mais tendas, menos tendas. Tenho dito. -----

---- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, só para responder ali ao senhor Presidente da Junta de Alvor sem qualquer rastilho, não é, não vale a pena, ninguém pôs aqui em causa a valia deste projeto, senhor Presidente de Junta. Nós quando questionamos aqui questões que estão aqui por esclarecer, como percebeu, acho que isso foi claro das intervenções aqui desta bancada, ninguém pôs em causa antes pelo contrário, a valia deste projeto e a importância do projeto, antes pelo contrário, até porque eu e falo por mim, em anos anteriores tenho tido, digo o prazer, porque acho que é importante para aquelas pessoas que têm mobilidade reduzida, terem a possibilidade de ir tomar banho, terem acessibilidade à praia e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



poderem usufruir da praia e tenho visto isso presencialmente e tenho constatado isso, e a qualidade do serviço que é ali prestado. Falo da praia de Alvor, porque é aquela que eu frequento, não frequento a praia do Vau, mas imagino que na praia do Vau seja igual, seja a mesma coisa. Isto é importantíssimo e não está em causa. -----

---- As questões que nós aqui colocamos, prendem-se com a falta de clareza da informação que vem aqui nestes aspetos que nós colocamos e da própria minuta desse protocolo, porque se estas questões viessem aqui referidas, a própria demora na montagem e desmontagem, essa questão da flexibilidade, se calhar estas questões nem tinham sido colocadas aqui no início da discussão e, portanto, se, e isto é um contributo se quiser tomar nota para o ano que vem, se essas questões vierem no ano que vem devidamente clarificadas aqui no documento de suporte, eventualmente essas questões nem se colocam, porque já estão esclarecidas à partida. Disse. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **ponto 2-b) Apreciação e votação das Minutas dos Protocolos de Cooperação, no âmbito do projeto "Praia Acessível", que regulam a concretização do projeto, designadamente a garantia das condições de acesso e usufruto balnear a pessoas portadoras de deficiência ou necessidades especiais, residentes ou turistas, nas praias do Vau e Alvor (Restinga), a celebrar entre o Município e as Juntas de Freguesia de Portimão e de Alvor, nos termos da Proposta - Deliberação de Câmara nº 377/22.** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	3	2	2	1	1	0	24
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**Foi aprovado, por unanimidade as minutas dos Protocolos de Cooperação, no âmbito do projeto "Praia Acessível", que regulam a concretização do projeto, designadamente a garantia das condições de acesso e usufruto balnear a pessoas portadoras de deficiência ou necessidades especiais, residentes ou turistas, nas praias do Vau e Alvor (Restinga), a celebrar entre o Município e as Juntas de Freguesia de Portimão e de Alvor, nos termos da Proposta.** -----

-----**Não estiveram presentes os membros da bancada do PPD/PSD e a deputada independente Ângela Quadros.** -----

---- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que este projeto das praias acessíveis é do melhor que nós temos em termos de cidade inclusiva e, portanto, há muitos anos eu fui Presidente de Junta, estive na primeira praia acessível e sei o trabalho



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que deu iniciar este projeto e o gosto que dá e o prazer que dá de ver aquelas pessoas com aquelas dificuldades todas virem para Portimão e Portimão ser a cidade de atração. Agora felizmente já há outros municípios, mas nós podemos orgulhar, com mais mês, menos montagem, mais montagem, fomos dos municípios inovadores a nível nacional e mantemos este projeto se calhar há pelo menos vinte anos.

---- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, eu diria que as pessoas que fazem este trabalho, deviam ser muito bem remuneradas, porque este trabalho não deviam ser quatro meses, até deviam ser cinco ou seis, porque de facto ter a capacidade para trabalhar com aquelas pessoas daquela forma, eu sinceramente acho que é comovente, eu também já assisti e comove-nos a forma como eles trabalham com aqueles cidadãos. Portanto, para mim mais um mês, para o ano se quiserem pôr mais valor nos ordenados das pessoas, acho que se justifica. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **ponto 2-c) Discussão e votação da Composição do Júri de Recrutamento para cargos dirigentes - procedimentos concursais para provimento de cinco cargos de chefe de unidade - cargos de direção intermédia de 3º grau, nos termos da Proposta – Deliberação de Câmara nº 345/22**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

---- Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **ponto 2-c) Discussão e votação da Composição do Júri de Recrutamento para cargos dirigentes - procedimentos concursais para provimento de cinco cargos de chefe de unidade - cargos de direção intermédia de 3º grau, nos termos da Proposta – Deliberação de Câmara nº 345/22, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	2	2	0	1	0	20
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	1	0	0	4
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**Foi aprovado, por maioria a composição do Júri de Recrutamento para cargos dirigentes - procedimentos concursais para provimento de cinco cargos de chefe de unidade - cargos de direção intermédia de 3º grau, nos termos da Proposta.** -----

-----**Não estiveram presentes os membros da bancada do PPD/PSD e a deputada independente Ângela Quadros.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **ponto 2-d) Discussão e votação da autorização de Recrutamento para**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ocupação de 2 postos de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional (área de atividade funcional Fiscalização de Mercados- Fiel de Mercados) com recurso à reserva de recrutamento resultante do procedimento concursal aberto pelo Aviso nº 14707/2020, publicado na 2ª Série do Diário da República n.º 188, de 25/09, nos termos da Lei n.º 25/2017, de 30/05, conjugado com o previsto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09, na sua versão atual - para efeitos de autorização do Órgão Deliberativo, nos termos do n.º 2 do artigo 61º da Lei do Orçamento de Estado de 2021 (75-B/2020, de 31 de dezembro), nos termos da Proposta – Deliberação de Câmara nº344/22, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra.-----

---- Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **ponto 2-d) Discussão e votação da autorização de Recrutamento para ocupação de 2 postos de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional (área de atividade funcional Fiscalização de Mercados- Fiel de Mercados) com recurso à reserva de recrutamento resultante do procedimento concursal aberto pelo Aviso nº 14707/2020, publicado na 2ª Série do Diário da República n.º 188, de 25/09, nos termos da Lei n.º 25/2017, de 30/05, conjugado com o previsto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09, na sua versão atual - para efeitos de autorização do Órgão Deliberativo, nos termos do n.º 2 do artigo 61º da Lei do Orçamento de Estado de 2021 (75-B/2020, de 31 de dezembro), nos termos da Proposta – Deliberação de Câmara nº344/22, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----**

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	3	2	2	1	1	0	24
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**Foi aprovado, por unanimidade a autorização de Recrutamento para ocupação de 2 postos de trabalho em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional (área de atividade funcional Fiscalização de Mercados- Fiel de Mercados) com recurso à reserva de recrutamento resultante do procedimento concursal aberto pelo Aviso nº 14707/2020, publicado na 2ª Série do Diário da República n.º 188, de 25/09, nos termos da Lei n.º 25/2017, de 30/05, conjugado com o previsto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09, na sua versão atual - para efeitos**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de autorização do Órgão Deliberativo, nos termos do n.º 2 do artigo 61º da Lei do Orçamento de Estado de 2021 (75-B/2020, de 31 de dezembro), nos termos da Proposta. -----

-----Não estiveram presentes os membros da bancada do PPD/PSD e a deputada independente Ângela Quadros. -----

-----Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram vinte e duas horas e quarenta minutos, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 2ª Sessão Extraordinária de dois mil e vinte e dois, realizada no dia trinta de maio, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento. -----

E eu, Vanda Germano _____ Técnica Superior, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Isabel Andrez Guerreiro)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)

2º Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

(Sheila Gassin Tomé)